

JUVENTUDES RURAIS NAS PESQUISAS DO VI JUBRA: TECENDOS ALGUMAS REFLEXÕES

RESUMO

A juventude rural, pensada como uma categoria social possibilita a visão dos jovens como sujeitos de direitos e que eles sejam efetivados no seu próprio espaço de vida por meio de políticas que garantam sua formação nas diversas instâncias. Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo principal apresentar uma análise das produções (resumos) sobre a temática “Juventudes Rurais” publicadas nos Anais do VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), ocorrido em 2015 no Rio de Janeiro. Como embasamento teórico, utilizou-se de contribuições de autores como Silva (2009), Carneiro (2011), Weisheimer (2009), e outros. Para desenvolvimento dessa investigação empregou-se como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, identificando por meio dela as principais temáticas discutidas, as instituições que estão vinculadas os autores de cada trabalho, e a metodologia adotada. A partir dos resultados foi possível notar que há nos trabalhos uma discussão sólida de importantes temáticas relacionadas às juventudes rurais, constatando-se assim, uma heterogeneidade no debate, uma vez que são diversos os objetos de estudo relacionados, revelando dessa forma a amplitude que é estudar tal categoria social. Aponta-se ainda, a importância da representação do JUBRA na discussão de diversas temáticas sobre juventudes, inclusive daquelas referentes às juventudes rurais, já que historicamente, os jovens rurais foram invisibilizados nas discussões científicas e nas políticas públicas. Portanto, tais estudos contribuem para um maior conhecimento acerca da categoria e configura como uma motivação para ações que reforcem a ideia de (re) pensar as políticas públicas de juventude, na perspectiva da garantia dos direitos, como saúde, educação, trabalho, segurança, lazer etc.

Palavras-chave: Juventudes Rurais. Temáticas do GT 13 do JUBRA. Abordagens teórico-metodológicas.

1 Introdução

A juventude rural, pensada como uma categoria social possibilita a visão dos jovens como sujeitos de direitos e que eles sejam efetivados no seu próprio espaço de vida por meio de políticas que garantam sua formação nas diversas instâncias. Os teóricos que discutem a categoria juventude têm afirmado que não há uma definição específica sobre esta categoria. Weisheimer (2005, p. 26) destaca que, “é mais correto privilegiar as noções de juventudes e jovens rurais no plural, uma vez que eles vivem realidades sociais bastante diversas, construindo experiências e identidades coletivas distintas”.

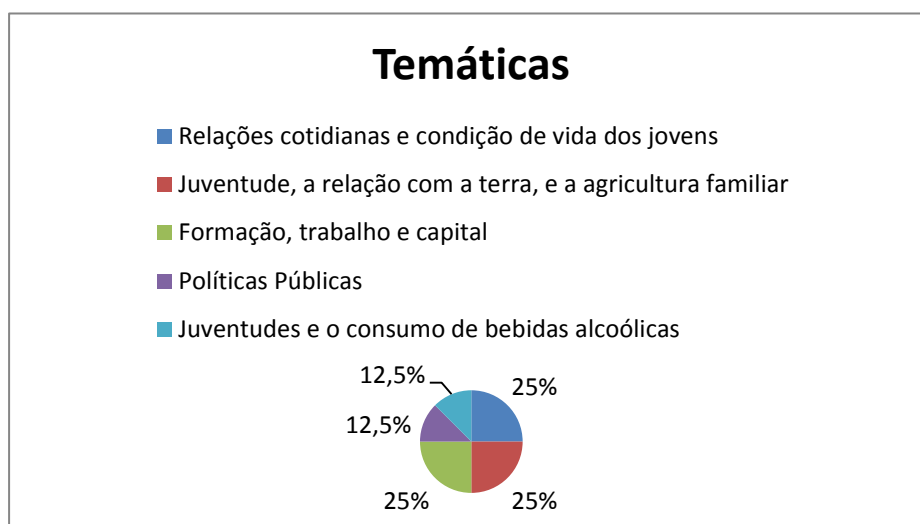
Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo principal apresentar uma análise das produções (resumos) sobre a temática “Juventudes Rurais” publicadas nos

Anais do VI Simpósio Internacional Sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), ocorrido no ano de 2015. Como embasamento teórico, utilizou-se de contribuições de autores como SILVA (2009), Carneiro (2011), Weisheimer (2009) e outros.

Para desenvolvimento dessa investigação empregou-se como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte, identificando por meio dela as principais temáticas discutidas, as instituições que estão vinculadas os autores de cada trabalho e a metodologia adotada. Foram analisadas 31 produções, as quais foram apresentadas no “GT 13-Juventudes Rurais”, coordenado por Nilson Weisheimer da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

2 O que apontam as pesquisas?

A partir da análise dos trinta e um resumos do GT 13 – “Juventudes Rurais”, publicados nos Anais da VI edição do evento supracitado, constatou-se que as temáticas mais discutidas foram: Relações cotidianas e condição de vida dos jovens rurais, que apareceu em 4 resumos, Juventude e a relação com a terra e o modo de produção na lógica da agricultura familiar, que também aparece em 4, assim como Formação, trabalho e capital. Destacam-se ainda, as Políticas públicas, e o Consumo de bebidas alcoólicas entre jovens rurais, cada uma com 2 resumos discursivos, dentre outras temáticas.



Nota-se que são temáticas altamente relevantes de serem discutidas. Falar sobre as Relações cotidianas e condição de vida dos jovens rurais, por exemplo, é estudar um elemento importante da vivência juvenil que é o cotidiano, uma vez que está nele, ou seja, nas relações familiares e sociais as grandes contribuições para a construção da

identidade do jovem. É no cotidiano que são expressos as condições de vida do sujeito e é nele que são construídos os modos de cada um viver sua condição juvenil. Na cidade e no campo essa construção se dá de forma diversa, como destacado por Silva (2009, p. 21), “No meio rural brasileiro, espaço cada vez mais heterogêneo e diversificado, são tecidas relações sócio-culturais singulares, ao mesmo tempo que se mantêm vínculos de dependência com os centros urbanos”. Embora haja uma construção e uma condição de vida peculiar aos povos do campo, esse fenômeno não ocorre de forma isolada, uma vez que há intervenções e elementos compartilhados de outros espaços, a exemplo das cidades, ou de espaços urbanos.

Podemos destacar como uma peculiaridade da Juventude camponesa, a sua relação com a terra e o modo de produção na lógica da agricultura familiar. A posse da terra, bem como o cultivo dela, para o jovem camponês muitas vezes é o elemento que o aproxima do campo. Para o jovem, bem como para os povos do campo, a terra é vista como um espaço de vida, pois é nesse espaço que ele constrói sua identidade por meio das relações que estabelecem. A agricultura familiar, modo de produção camponesa, é um dos meios pelos quais essa relação se estreita, o que muitas vezes contribui para a permanência do jovem no campo, já que além de se sentir pertencente e participante do processo, é por meio disso que ele consegue o capital para sua subsistência.

Os jovens agricultores familiares constituem uma categoria social específica devido à sua socialização no processo de trabalho familiar agrícola. Como eles são membros de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, predomina a instituição de saberes, normas e valores do universo da família e do processo de trabalho que esta realiza. Com efeito, a socialização realizada neste contexto produz a incorporação de saberes específicos associada à configuração de identidades sociais e profissionais ligadas à agricultura. Diferentemente de outros jovens, sua identidade social se constrói em relação ao trabalho familiar agrícola, o que produz os dilemas e as características diferenciados de sua situação juvenil. (WEISHEIMER, 2009, p.111)

Porém, vale destacar que nem todo espaço rural conserva essa economia baseada na agricultura familiar e que nem todo jovem está engajado nesse modo de produção. Há realidades diversas e dentre elas, aqueles jovens que moram no campo e não têm essa relação com esse tipo de produção e há também aqueles que migram para outros lugares em busca de um trabalho fora do contexto agrícola.

Podemos dizer que, hoje, existem vários fatores que trazem preocupações para a vida dos jovens do campo, dentre eles, a questão da formação. A relação do jovem

camponês com a educação formal sempre foi conflituosa, porém em meio a um histórico de negação o jovem camponês assume cada vez mais espaços no contexto acadêmico, nos diversos níveis de ensino. Porém, muitas vezes esse acesso se dá pelo deslocamento ou migração para outros espaços, inclusive urbanos, uma vez que não lhe é garantido o direito à educação e outros direitos que possam fazer com que permaneçam no campo.

Diversas comunidades rurais permaneceram à margem da grande modernização, não apenas nos aspectos relativos à tecnologia de produção agrícola, mas também de outras inúmeras tecnologias e serviços que conferem qualidade de vida e integração entre as pessoas. Acreditamos que este fator tenha influenciado significativamente para a reorganização das relações sociais e à expulsão de trabalhadores rurais de seu meio, acentuando a precariedade das condições de vida no campo. Neste cenário a população rural que ingressa na idade ativa, neste caso os jovens rurais, enfrenta dificuldades para construir seu projeto de vida no campo e cada vez mais busca melhores condições de vida nos centros urbanos (PUNTEL; PAIVA; RAMOS, 2011, p. 3).

O mesmo acontece com o trabalho, já que aqueles jovens que não encontram no campo o modo de acesso ao capital partem para outros lugares, na maioria das vezes cidades em busca de trabalhos que possibilitem o acesso ao capital de forma acentuada e rápida, já que o imediatismo é elemento presente na sociedade capitalista. Muitas vezes são submetidos a explorações de sua mão de obra e a condições de trabalho precárias, a exemplo de baixos salários e ausência de registros trabalhistas formais. Para Carneiro (2011, p. 253), “considerando que o jovem do campo não conta com o mesmo capital cultural e social (o apoio familiar, sobretudo) dos jovens da cidade, a competição no mercado de trabalho urbano lhe é desfavorável, o que se expressa em relação aos jovens urbanos”.

Diante de tal situação percebe-se que o campo das políticas públicas para a juventude rural é um âmbito conflituoso, uma vez que durante a história foram negadas políticas específicas aos jovens, negligenciando suas peculiaridades sociais. Foi e é difícil se constituir políticas de forma efetiva para os jovens em geral, principalmente para os jovens do campo, que durante muito tempo foram invisibilizados, tanto nos debates teóricos como na garantia de direitos por meio de implementação de políticas públicas.

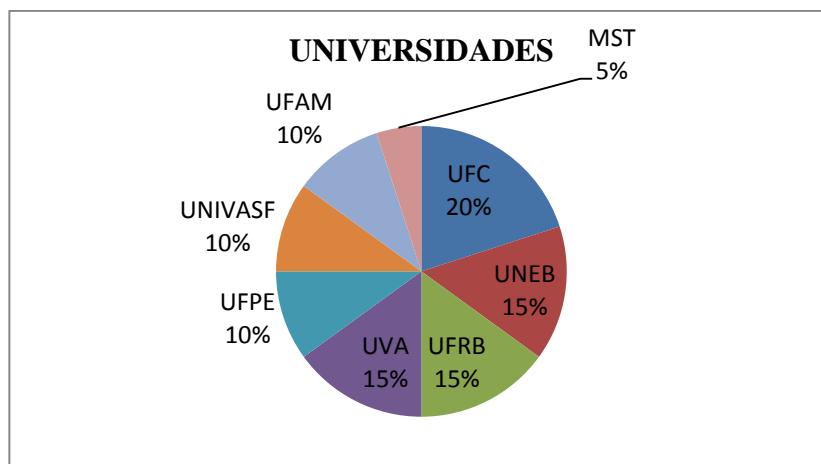
Pode-se dizer que essas duas categorias - *direitos e políticas públicas* - fazem parte do mesmo campo semântico. São como duas faces da mesma moeda: a primeira remete à sociedade e a segunda, ao Estado. Na sociedade, grupos e classes sociais participaram de lutas sociais, encaminharam demandas, promovendo o reconhecimento de “direitos”. Por outro lado, cabe aos poderes públicos garantir a efetivação de direitos, assegurados por meio de marcos legais e através de ‘políticas públicas’(NOVAES, 2011, p. 344).

Na concepção de Novaes (2011), as políticas de juventude podem ser classificadas como: universais (ou básicas ou estruturais), que são aquelas que promovem a distribuição e universalização do acesso, e que deveriam contemplar todos os sujeitos, inclusive os jovens; as políticas atrativas (ou preferenciais ou por afinidades), que são dirigidas a públicos definidos, assim, são dirigidas também aos jovens, e, por fim, as políticas específicas (ou exclusivamente para jovens), que são aquelas que são direcionadas exclusivamente aos sujeitos de 15 a 29 anos, visando a inclusão social, cultural e educacional à aqueles que se encontram em situação de exclusão.

A falta de políticas públicas efetivas, ou da efetivação das políticas existentes, muitas vezes, favorece a inserção do jovem em alguns cenários indesejáveis. O Consumo de bebidas alcoólicas entre jovens rurais, por exemplo, é um dos problemas sociais relacionados à juventude. Seja no próprio campo, ou nos momentos de lazer, em que muitos vão para a cidade ao encontro de diversão, muitos jovens acabam se envolvendo em situações, às vezes prejudiciais. A partir disso é possível perceber a carência do campo por espaços de lazer.

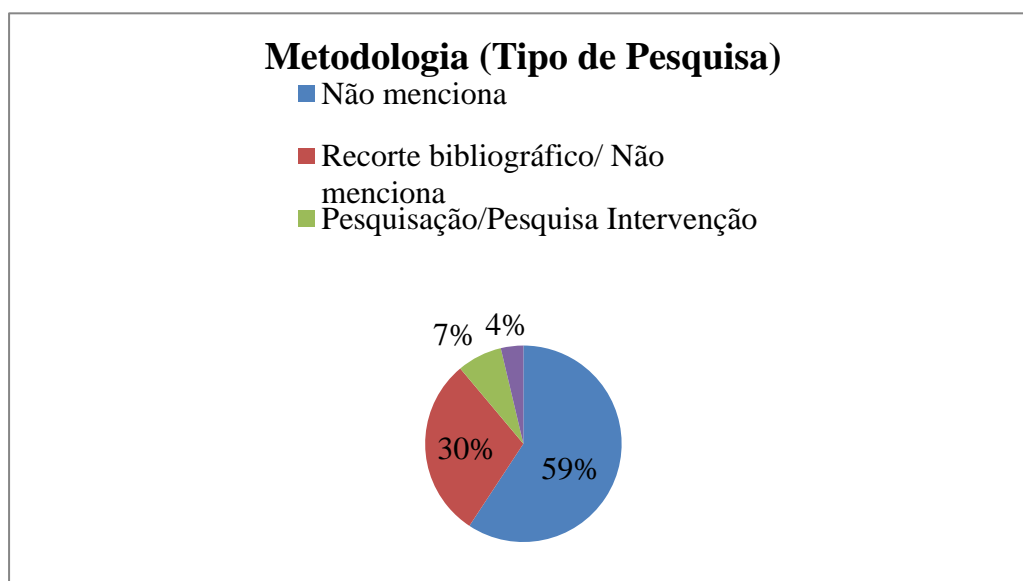
É importante ressaltar também que, para muitos jovens rurais, a ausência de espaços de lazer e, muitas vezes, a inexistência de um projeto de educação continuada para a juventude rural contribuem para a avaliação negativa do campo em relação à cidade e para o desejo de migração (SILVA 2009, p. 23).

Com relação às universidades em que as produções estão vinculadas as que mais se destacam por representação são: a Universidade Federal do Ceará (UFC) com 4 trabalhos, seguida da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), todas com 3, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade do Vale do Rio São Francisco, a Universidade Federal do Amazonas, todas com 2 resumos, entre outras. Um dos resumos foi produzido por militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).



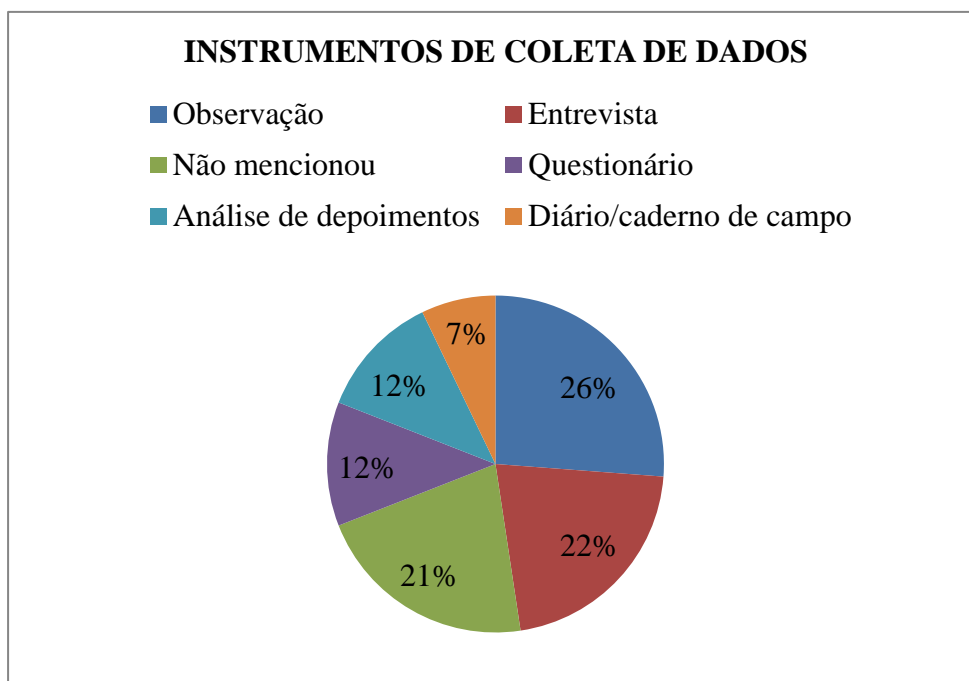
Fonte: (Elaborado pelos autores)

No que concerne às abordagens teórico-metodológicas, 24 produções não mencionam o tipo de pesquisa, dessas, 8 são recortes bibliográficos, ou seja, recortes de trabalhos anteriores. Em 2 resumos a pesquisa-ação foi o tipo adotado, entre outras abordagens.



Fonte: (Elaborado pelos autores)

Os instrumentos de coleta de dados, que mais se destacaram, foram a observação, utilizada em 11 pesquisas, prosseguido pela entrevista, presente em 9 produções, e de outras 9 que não mencionam nenhum instrumento utilizado, o questionário, e a análise de depoimentos, utilizados em 5 resumos, e o diário/caderno de campo em 3, conforme pode-se observar no gráfico a seguir.



Fonte: (Elaborado pelos autores)

O que se pode observar nas produções analisadas, é que articuladas às temáticas destacadas nesse trabalho, outras tantas subtemáticas são abordadas, todas elas contribuem para caracterizar os 8 milhões de jovens de 15 a 29 anos que moram no campo. Desse modo, são muitas juventudes no meio rural brasileiro, com características diversas e modo de ser jovens. Desse total, 49,1% são jovens homens e 50,9% são jovens mulheres (IBGE, 2010), com trajetórias e perfis diversos, portanto, com demandas diferentes.

3 APONTAMENTOS FINAIS

A partir dos resultados foi possível notar que há nos trabalhos uma discussão sólida de importantes temáticas relacionadas às juventudes rurais, constatando-se assim que há uma heterogeneidade no debate, uma vez que são diversos os objetos de estudo relacionados, revelando dessa forma a amplitude que é estudar tal categoria social. Foi possível notar nas pesquisas abordadas que o cotidiano é muito importante para o jovem camponês, pois é a partir dele e das relações familiares que esses irão formar sua identidade, e é essa identidade que o fará diferente dos outros.

Aponta-se ainda, a importância da representação do JUBRA na discussão de diversas temáticas sobre juventudes, inclusive daquelas referentes às juventudes rurais, já que historicamente foram invisibilizados, tanto da garantia de direitos como de discussões científicas. Portanto, tais estudos contribuem para um maior conhecimento acerca da categoria e configura como uma motivação para ações que reforcem a ideia de (re)pensar as políticas públicas de juventude.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2. Reimpressão, 2011. (p. 243-261).
- IBGE. [2010]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.<Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de set. de 2017.
- NOVAES, Regina. Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...). In: PAPA, Fernanda de Carvalho. FREITAS, Maria Virgínia. (Org.). **Juventude em pauta: Políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2011. p. 343 a 367.
- PUNTEL, Jovani Augusto; PAIVA, Dr Carlos Águedo Nagel; RAMOS, Marília Patta. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Code 2011.
- SILVA, Catarina Malheiros da. **Escola, Saberes e cotidiano no meio rural: um estudo sobre os(as) jovens do sertão da Bahia**. Universidade de Brasília. 2009. (Dissertação de Mestrado), 167p.
- WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Sociologia. (Tese), 2009. p.331.
- . . **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.